

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA OITAVA REGIÃO – SRRF08  
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA

**Apêndice I do Anexo I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

**Número do Processo: 13032.512869/2025-33**

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Superintendência Regional da Receita federal do Brasil na 8ª Região (SRRF08) atua como órgão central de diversas Unidades situadas no Estado de São Paulo. Essas Unidades operam em edificações, com características diversas, e situadas em vários municípios do Estado, sendo necessária para todas a adequada regularização junto ao Corpo de Bombeiros (CB) da documentação referente a AVCB/CLCB. Uma tabela com a descrição sucinta das Unidades pode ser vista abaixo:

Unidades da RFB		ENDEREÇO	Número	Complemento	Município	Área (M²)
1	ARF - REGISTRO	AVENIDA PREFEITO JONAS BANKS LEITE	1095	CENTRO	REGISTRO	326,00
2	ARF - ARARAS	RUA 7 DE SETEMBRO	535	CENTRO	ARARAS	327,29
3	ARF - RIO CLARO	AVENIDA 40	456	VILA OPERARIA	RIO CLARO	431,00
4	GARAGEM ANGÉLICA – BARRA FUNDA	RUA BARRA FUNDA	81	BARRA FUNDA	SAO PAULO	456,74
5	ARF - PIRASSUNUNGA	RUA 15 DE NOVEMBRO	1032	CENTRO	PIRASSUNUNGA	478,00
6	ARF - S JOSÉ DO RIO PARDO	RUA MARECHAL FLORIANO	368	CENTRO	SAO JOSE DO RIO PARDO	568,07
7	ARF - S JOÃO DA BOA VISTA	RUA JOSÉ RIBEIRO DA SILVA	25	RIVIERA DE SÃO JOÃO	SAO JOAO DA BOA VISTA	595,94
8	ARF MOGI-GUAÇU	DOUTOR SILVIO DE CAMARGO	31	JARDIM CARMEM LIDIA II	MOGI-GUACU	598,24
9	ARF JACAREÍ	GENERAL CARNEIRO	218	CENTRO	JACAREI	609,92
10	ARF - BOTUCATU	DAMIAO PINHEIRO MACHADO	782	VILA SAO LUCIO	BOTUCATU	630,75
11	ALF-SANTOS/ANEXO	PRACA DA REPUBLICA	84	CENTRO	SANTOS	1.367,28
12	IRF SÃO SEBASTIÃO	AVENIDA DOUTOR ALTINO ARANTES	614	CENTRO	SAO SEBASTIAO	1.556,84
13	DEPÓSITO-TABOÃO DA SERRA	RUA JOAO CAFE FILHO	105	-	TABOAO DA SERRA	1.909,40
14	DRF OSASCO (ANEXO)	RUA AVELINO LOPES	170	-	OSASCO	2.145,00
15	DMA MARÍLIA	SILVIO BERTONHA	825	PARQUE DAS INDUSTRIA	MARILIA	2.605,53
16	DRF OSASCO (SEDE)	RUA AVELINO LOPES	156	-	OSASCO	2.742,11

17	DRF SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	AVENIDA NOVE DE JULHO	332	JD APOLO	SAO JOSE DOS CAMPOS	3.133,18
18	DRF GUARULHOS	AV. PRESIDENTE HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO	1253	VILA ANTONIETA	GUARULHOS	3.841,00
19	DRF ARAÇATUBA	RUA MIGUEL CAPUTI	60	VILA SANTA MARIA	ARACATUBA	3.874,87
20	DRF PIRACICABA	AVENIDA INDEPENDENCIA	3601	ALEMÃES	PIRACICABA	5.716,67
21	DRF CAMPINAS	AVENIDA PREFEITO FARIA LIMA	235	PARQUE ITALIA	CAMPINAS	5.752,97
22	DRF LIMEIRA	RUA PEDRO ZACCARIA	444	JD NOVA ITALIA	LIMEIRA	5.911,42
23	ARF MARÍLIA	AV. SAMPAIO VIDAL	789	CENTRO	MARILIA	6.317,53
24	ARF SÃO BERNARDO DO CAMPO	RUA MARECHAL DEODORO	480	CENTRO	SAO BERNARDO DO CAMPO	6.600,75
25	DRF SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	RUA ROBERTO MANGE	360	JARDIM MORUMBI	SAO JOSE DO RIO PRETO	6.984,82
26	DRF SOROCABA	RUA PROF DIRCEU FERREIRA DA SILVA	111	ALTO DA BOA VISTA	SOROCABA	7.197,07
27	DRF FRANCA	RUA HUGO BETTARELLO	4100	ESPL PRIMO MENEGHETI	FRANCA	7.253,00
28	ALF SÃO PAULO	AVENIDA CELSO GARCIA	3580	TATUAPE	SAO PAULO	7.401,00
29	DRF SANTO ANDRÉ	AV. JOSÉ CABALLERO	35	VILA BASTOS	SANTO ANDRE	8.372,00
30	DRF SANTOS	AV. BERNARDINO DE CAMPOS	17	VILA BELMIRO	SANTOS	8.561,60
31	ARF - TAUBATÉ	AV. MARECHAL ARTHUR DA COSTA E SILVA	730	CENTRO	TAUBATE	9.000,82
32	DIREP-ED. FLORÊNCIO DE ABREU	RUA FLORÊNCIO DE ABREU	770	LUZ	SAO PAULO	9.230,24
33	DEFIS/SPO	AV. PACAEMBU	715	PACAEMBU	SAO PAULO	9.393,78
34	DEINF/SPO	RUA AVANHANDAVA	55	BELA VISTA	SAO PAULO	9.598,00
35	DRF BAURU	RUA OLGA GONZALES DE OLIVEIRA	12816	JD ESTORIL V	BAURU	10.102,32
36	ALF SANTOS	PRAÇA DA REPÚBLICA	S/Nº	CENTRO	SANTOS	12.120,04
37	DRF RIBEIRÃO PRETO	RUA JACIRA	55	PRÉDIO	RIBEIRAO PRETO	12.195,00
38	DMA IPIRANGA SPO	AV. PRESIDENTE WILSON	5325	VILA PRUDENTE	SAO PAULO	16.200,00
39	DMA BAURU	RUA HALIM AIDAR, QUADRA 04	S/N	VILA INDUSTRIAL	BAURU	16.954,00
40	DMA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	AV CENOBELINO DE BARROS SERRA	1600	PARQUE INDUSTRIAL	SAO JOSE DO RIO PRETO	20.448,00
41	DMA ARARAQUARA	ESTRADA DE ACESSO AV. MANOEL DE ABREU	KM4,5	VILA SEDENHO	ARARAQUARA	20.615,10

Observação: **OS ENDEREÇOS CITADOS ACIMA SÃO REFERENCIAIS ATUAIS, ESTANDO SUJEITOS A ADEQUAÇÕES PELA CONTRATANTE.**

**2.2.** As edificações em questão, referem-se a construções nas mais diversas condições, e que podem necessitar de adequações das instalações perante as normas e legislações vigentes relativas à prevenção e combate a incêndio;

**2.2.1.** Estas adequações são fundamentais para:

- 2.2.1.1.** Proteger a vida dos ocupantes das edificações em caso de incêndio;
- 2.2.1.2.** Retardar a propagação do fogo, reduzindo danos ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida;
- 2.2.1.3.** Proporcionar meios de combate e extinção de incêndios;
- 2.2.1.4.** Garantir condições de acesso e uso para as ações do Corpo de Bombeiros, em caso de fogo;
- 2.2.1.5.** Garantir a continuidade dos serviços na edificação.

**2.3. Objeto: Contratação de empresas para a prestação de serviços de engenharia visando a obtenção/renovação de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou de Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (CLCB). A Contratação será dividida em 4 itens, cada um correspondendo a uma sub-região do Estado de São Paulo.**

**2.4.** Simplificadamente, o trâmite para obtenção/renovação de AVCB/CLCB ocorrerá, portanto, com a contratação de determinadas atividades para cada unidade, conforme definido abaixo:

**Empresas dos Itens 1/2/3/4**

- 2.4.1.** Levantamento de necessidades para regularização;
- 2.4.2.** Atualização/confecção de levantamento arquitetônico com documentação do layout das edificações (As-built).
- 2.4.3.** Elaboração e Aprovação de documentação completa de segurança contra incêndio contendo os elementos formais de medidas de segurança exigidos pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), não enquadradas na IT 42/2025 do CB.
- 2.4.4.** Obtenção/Renovação de CLCB junto ao Corpo de Bombeiros, nos casos mais simples definidos em lei;
- 2.4.5.** Obtenção/Renovação de AVCB junto ao Corpo de Bombeiros, nos demais casos;
- 2.4.6.** Fazem parte da presente contratação, quando aplicável, o fornecimento, conforme nomenclatura própria do Corpo de Bombeiros, de Projeto Técnico Simplificado (PTS) e de Projeto Técnico (PT).
- 2.4.7. Não fazem parte da presente contratação o fornecimento pela contratada de Projeto Básico ou Projeto Executivo.**

Detalhando melhor as atividades, temos:

**OBSERVAÇÃO:** Doravante o abaixo descrito para o **item 1** vale respectivamente para os **itens 02 a 04**.

**2.4.8. ITEM 1 – A CONTRATADA será responsável pela Obtenção/Renovação de AVCB/CLCB e aprovação de documentação junto ao Corpo de Bombeiros, englobando as seguintes atividades:**

- a)** Levantamento Cadastral da Regularidade das Edificações in Loco e junto ao Corpo de Bombeiros (CB).
- b)** Atualização/confecção de levantamento arquitetônico com documentação do layout das edificações (As-built).

- c) Elaboração e Aprovação de documentação completa de segurança contra incêndio contendo os elementos formais de medidas de segurança exigidos pelo CBPMESP, **não enquadradas na IT 42/2025 do CB (PT)**.
- d) Obtenção/Renovação AVCB ou CLCB, para as edificações **enquadradas na IT 42/2025 do CB (PTS)** ou para Edificações **não enquadradas na IT 42/2025 do CB (PT)** com documentação técnica **já aprovada** no Corpo de Bombeiros (sem necessidade de Adequações).

**2.4.8.1.** Dessa maneira, para a precificação do item 1, o valor unitário do m<sup>2</sup> será composto por diversos serviços citados acima e suas respectivas porcentagens e que no total formarão o valor de 100% do M<sup>2</sup>. Assim, a empresa vencedora do ITEM 1 receberá pelos serviços **efetivamente realizados e formalmente atestados, de acordo com as suas respectivas porcentagens, sendo glosados os valores dos serviços se constatadas irregularidades na sua execução.**

**2.4.8.2.** Na proposta inicial e na fase de Lances o Licitante informará o valor unitário estimado já com o BDI (Bonificações e Despesas Indiretas) incluso, e se sua proposta for a vencedora, deverá apresentar posteriormente à Administração, por meio eletrônico, planilha com a indicação do custo unitário e da composição do BDI, com os respectivos valores adequados ao valor da sua proposta vencedora. **Para detalhes sobre composição, cálculo e apresentação do BDI, ver Anexo I do ETP.**

**2.4.8.2.1.** O BDI informado pela Administração na planilha dela está de acordo com o acórdão TCU 2622/2013 e é apenas exemplificativo, devendo cada Licitante apresentar o BDI de acordo com a realidade de sua empresa.

**2.5. ATENÇÃO 1:** Não faz parte do escopo da presente contratação a execução, pela CONTRATADA: de fornecimento de materiais a instalar, de qualquer obra, serviços de colocação de placas de sinalização, serviços de recarga de extintores, os quais serão realizados às expensas da RFB, de acordo com os relatórios, laudos e demais documentos elaborados pelas CONTRATADAS.

**2.6. ATENÇÃO 2:** Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, taxas, laudos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**2.7. ATENÇÃO 3:** TODAS AS DESPESAS REFERENTES A TRANSPORTE, PEDÁGIOS, COMBUSTÍVEL, ESTADIA, ETC. CORRERÃO POR CONTA EXCLUSIVA DA CONTRATADA E JÁ DEVEM ESTAR PREVISTAS NO VALOR FINAL DA PROPOSTA.

**2.8. ATENÇÃO 4:** Todas as empresas deverão emitir as suas respectivas ART(s), RRT(s) ou documento equivalente legalmente permitido e todos os demais documentos necessários para o devido andamento dos processos.

## **2.9. DA DIVISÃO REGIONAL DA CONTRATAÇÃO**

**2.9.1.** Para viabilizar a prestação dos serviços pelos fornecedores, tornando os custos com deslocamento menos onerosos, distribuímos os edifícios em lotes conforme sua localização geográfica aproximada. Assim, a distribuição dos imóveis, dentro do Estado de São Paulo, foi dividida em 4 (quatro) SUB-REGIÕES:

**2.9.1.1. Sub-Região 01 – Grande São Paulo** – compreende Capital e municípios próximos;

**2.9.1.2. Sub-Região 02 – Grande Campinas** – compreende Campinas e municípios próximos;

**2.9.1.3. Sub-Região 03 – Norte/Noroeste de São Paulo** – compreende os municípios do Norte/Noroeste de São Paulo;

**2.9.1.4. Sub-Região 04 – Região Litorânea** – compreende municípios do Litoral e próximos.

**2.10. Detalhando:**

SUB-REGIÃO 01 – GRANDE SÃO PAULO						
Unidades da RFB		ENDEREÇO	Número	Complemento	Município	Área (M²)
1	ARF - REGISTRO	AVENIDA PREFEITO JONAS BANKS LEITE	1095	CENTRO	REGISTRO	326,00
2	GARAGEM ANGÉLICA – BARRA FUNDA	RUA BARRA FUNDA	81	BARRA FUNDA	SAO PAULO	456,74
3	ARF JACAREÍ	GENERAL CARNEIRO	218	CENTRO	JACAREI	609,92
4	DEPÓSITO-TABOÃO DA SERRA	RUA JOAO CAFE FILHO	105	-	TABOAO DA SERRA	1.909,40
5	DRF OSASCO (ANEXO)	RUA AVELINO LOPES	170	-	OSASCO	2.145,00
6	DRF OSASCO (SEDE)	RUA AVELINO LOPES	156	-	OSASCO	2.742,11
7	DRF SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	AVENIDA NOVE DE JULHO	332	JD APOLO	SAO JOSE DOS CAMPOS	3.133,18
8	DRF GUARULHOS	AV. PRESIDENTE HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO	1253	VILA ANTONIETA	GUARULHOS	3.841,00
9	ALF SÃO PAULO	AVENIDA CELSO GARCIA	3580	TATUAPE	SAO PAULO	7.401,00
10	DRF SANTO ANDRÉ	AV. JOSÉ CABALLERO	35	VILA BASTOS	SANTO ANDRE	8.372,00
11	ARF - TAUBATÉ	AV. MARECHAL ARTHUR DA COSTA E SILVA	730	CENTRO	TAUBATE	9.000,82
12	DIREP-ED. FLORÊNCIO DE ABREU	RUA FLORÊNCIO DE ABREU	770	LUZ	SAO PAULO	9.230,24
13	DEFIS/SPO	AV. PACAEMBU	715	PACAEMBU	SAO PAULO	9.393,78
14	DEINF/SPO	RUA AVANHANDAVA	55	BELA VISTA	SAO PAULO	9.598,00
15	DMA IPIRANGA SPO	AV. PRESIDENTE WILSON	5325	VILA PRUDENTE	SAO PAULO	16.200,00
TOTAL DAS ÁREAS DA SUB-REGIÃO 1						84.360,00

SUB-REGIÃO 02 – GRANDE CAMPINAS						
	Unidades da RFB	ENDEREÇO	Número	Complemento	Município	Área (M²)
1	ARF - ARARAS	RUA 7 DE SETEMBRO	535	CENTRO	ARARAS	327,29
2	ARF - RIO CLARO	AVENIDA 40	456	VILA OPERARIA	RIO CLARO	431,00
3	ARF - S JOÃO DA BOA VISTA	RUA JOSÉ RIBEIRO DA SILVA	25	RIVIERA DE SÃO JOÃO	SAO JOAO DA BOA VISTA	595,94
4	ARF MOGI-GUAÇU	DOUTOR SILVIO DE CAMARGO	31	JARDIM CARMEM LIDIA II	MOGI-GUACU	598,24
5	ARF - BOTUCATU	DAMIAO PINHEIRO MACHADO	782	VILA SAO LUCIO	BOTUCATU	630,75
6	DRF PIRACICABA	AVENIDA INDEPENDENCIA	3601	ALEMÃES	PIRACICABA	5.716,67
7	DRF CAMPINAS	AVENIDA PREFEITO FARIA LIMA	235	PARQUE ITALIA	CAMPINAS	5.752,97
8	DRF LIMEIRA	RUA PEDRO ZACCARIA	444	JD NOVA ITALIA	LIMEIRA	5.911,42
9	DRF SOROCABA	RUA PROF DIRCEU FERREIRA DA SILVA	111	ALTO DA BOA VISTA	SOROCABA	7.197,07
10	DRF BAURU	RUA OLGA GONZALES DE OLIVEIRA	12816	JD ESTORIL V	BAURU	10.102,32
11	DMA BAURU	RUA HALIM AIDAR, QUADRA 04	S/N	VILA INDUSTRIAL	BAURU	16.954,00
TOTAL DAS ÁREAS DA SUB-REGIÃO 2						54.218,00

SUB-REGIÃO 03 – NORTE/NOROESTE DE SÃO PAULO						
Unidades da RFB		ENDEREÇO	Número	Complemento	Município	Área (M²)
1	ARF - PIRASSUNUNGA	RUA 15 DE NOVEMBRO	1032	CENTRO	PIRASSUNUNGA	478,00
2	ARF - S JOSÉ DO RIO PARDO	RUA MARECHAL FLORIANO	368	CENTRO	SAO JOSE DO RIO PARDO	568,07
3	DMA MARÍLIA	SILVIO BERTONHA	825	PARQUE DAS INDUSTRIA	MARILIA	2.605,53
4	DRF ARAÇATUBA	RUA MIGUEL CAPUTI	60	VILA SANTA MARIA	ARACATUBA	3.874,87
5	ARF MARÍLIA	AV. SAMPAIO VIDAL	789	CENTRO	MARILIA	6.317,53
6	DRF SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	RUA ROBERTO MANGE	360	JARDIM MORUMBI	SAO JOSE DO RIO PRETO	6.984,82
7	DRF FRANCA	RUA HUGO BETTARELLO	4100	ESPL PRIMO MENEGHETI	FRANCA	7.253,00
8	DRF RIBEIRÃO PRETO	RUA JACIRA	55	PRÉDIO	RIBEIRAO PRETO	12.195,00
9	DMA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	AV CENOBELINO DE BARROS SERRA	1600	PARQUE INDUSTRIAL	SAO JOSE DO RIO PRETO	20.448,00
10	DMA ARARAQUARA	ESTRADA DE ACESSO AV. MANOEL DE ABREU	KM4,5	VILA SEDENHO	ARARAQUARA	20.615,10
TOTAL DAS ÁREAS DA SUB-REGIÃO 3						81.340,00

SUB-REGIÃO 04 – REGIÃO LITORÂNEA						
Unidades da RFB		ENDEREÇO	Número	Complemento	Município	Área (M²)
1	ALF-SANTOS/ANEXO	PRACA DA REPUBLICA	84	CENTRO	SANTOS	1.367,28
2	IRF SÃO SEBASTIÃO	AVENIDA DOUTOR ALTINO ARANTES	614	CENTRO	SAO SEBASTIAO	1.556,84
3	ARF SÃO BERNARDO DO CAMPO	RUA MARECHAL DEODORO	480	CENTRO	SAO BERNARDO DO CAMPO	6.600,75
4	DRF SANTOS	AV. BERNARDINO DE CAMPOS	17	VILA BELMIRO	SANTOS	8.561,60
5	ALF SANTOS	PRAÇA DA REPÚBLICA	S/Nº	CENTRO	SANTOS	12.120,04
TOTAL DAS ÁREAS DA SUB-REGIÃO 4						30.207,00

As áreas listadas nas tabelas acima estão sujeitas a atualizações, a serem feitas após o Levantamento Inicial e confecção dos respectivos As-built.

**2.11. Continuação detalhamento:**

SUB-REGIÃO 01 – GRANDE SÃO PAULO							
ITEM		DESCRIÇÃO	Porcentage m do Valor do m² Para Cada Serviço	Unidade	Valor Unitário Estimado	Quantidade Máxima (m2)	Valor Total Máximo Aceitável

			Prestado ITEM 1				
ITEM 1	a)	Levantamento da Regularidade da Edificação	15%	m²	R\$ 4,40	84.360,00	R\$ 371.184,00
	b)	Levantamento arquitetônico com atualização/elaboração do layout das edificações.	15%				
	c)	Elaboração e Aprovação de documentação, completa de segurança contra incêndio contendo os elementos formais de medidas de segurança exigidos pelo CBPMESP, não enquadradas na IT 42/2025 do CB	40%				
	d)	Obtenção/Renovação AVCB ou CLCB	30%				

SUB-REGIÃO 02 – GRANDE CAMPINAS							
ITEM		DESCRIÇÃO	Porcentagem do Valor do m² Para Cada Serviço Prestado ITEM 2	Unidade	Valor Unitário Estimado	Quantidade Máxima (m2)	Valor Total Máximo Aceitável
ITEM 2	a)	Levantamento da Regularidade da Edificação	15%	m²	R\$ 4,32	54.218,00	R\$ 234.221,76
	b)	Levantamento arquitetônico com atualização/elaboração do layout das edificações.	15%				
	c)	Elaboração e Aprovação de documentação completa de segurança contra incêndio contendo os elementos formais de medidas de segurança exigidos pelo CBPMESP, não enquadradas na IT 42/2025 do CB	40%				
	d)	Obtenção/Renovação AVCB ou CLCB	30%				

SUB-REGIÃO 03 – NORTE/NOROESTE DE SÃO PAULO							
ITEM		DESCRIÇÃO	Porcentagem do Valor do m <sup>2</sup> Para Cada Serviço Prestado ITEM 3	Unidade	Valor Unitário Estimado	Quantidade Máxima (m2)	Valor Total Máximo Aceitável
ITEM 3	a)	Levantamento da Regularidade da Edificação	15%	m <sup>2</sup>	R\$ 4,40	81.340,00	R\$ 357.896,00
	b)	Levantamento arquitetônico com atualização/elaboração do layout das edificações.	15%				
	c)	Elaboração e Aprovação de documentação completa de segurança contra incêndio contendo os elementos formais de medidas de segurança exigidos pelo CBPMESP, <b>não enquadradas na IT 42/2025 do CB</b>	40%				
	d)	Obtenção/Renovação AVCB ou CLCB	30%				

SUB-REGIÃO 04 – REGIÃO LITORÂNEA							
ITEM		DESCRIÇÃO	Porcentagem m do Valor do m <sup>2</sup> Para Cada Serviço Prestado ITEM 4	Unidade	Valor Unitário Estimado	Quantidade Máxima (m2)	Valor Total Máximo Aceitável
ITEM 4	a)	Levantamento da Regularidade da Edificação	15%	m <sup>2</sup>	R\$ 4,40	30.207,00	R\$ 132.910,80
	b)	Levantamento arquitetônico com atualização/elaboração do layout das edificações.	15%				
	c)	Elaboração e Aprovação de documentação, completa de segurança contra incêndio contendo os elementos formais de medidas de segurança exigidos pelo CBPMESP, <b>não enquadradas na IT 42/2025 do CB</b>	40%				

	d)	Obtenção/Renovação AVCB ou CLCB	30%				
--	----	---------------------------------	-----	--	--	--	--

### 3. ÁREA REQUISITANTE

#### 3.1. Área Requisitante: Divisão de Programação e Logística – DIPOL SRRF08

#### 3.2. Responsável: Rafael Abdala Silva e Silva

### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1. DAS NORMAS E LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

**4.1.1.** De acordo com o Decreto 11.462, de 31 de março de 2023, em seu artigo 3º, “o SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

(...)

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

**4.1.2.** Assim, tendo em vista as inúmeras particularidades dos edifícios quanto a seus riscos, ocupação e metragens justifica-se uma contratação por SRP, conforme o caso, por unidade de medida (m²). A opção pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) evidencia-se, também, pela necessidade permanente e frequente de obtenção e renovação de AVCB/CLCB, devido a expiração de sua validade, para todos os prédios sob responsabilidade da Oitava Região Fiscal da Receita Federal do Brasil. Além do mais a prestação do serviço deve seguir estritamente os critérios e as especificações da legislação vigente.

**4.1.3.** Conforme texto trazido pelo Decreto nº 11.462/2023, o SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

Percebe-se, portanto, que a presente contratação, por possuir termo de referência padronizado e ser de necessidade frequente, atende os quesitos solicitados. Na presente contratação adotou-se o Termo de Referência Padronizado conforme Minuta da AGU.

**4.1.3.1** Na presente contratação, a obtenção/renovação do AVCB/CLCB baseia-se nas normas emitidas pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), pois elas estabelecem os requisitos técnicos necessários para garantir a segurança contra incêndio nas edificações e áreas de risco. O cumprimento das normas previstas nas Instruções Técnicas (ITs) e demais regulamentações do Corpo de Bombeiros assegura que a edificação esteja equipada com medidas preventivas adequadas. Além disso, a legislação vigente define critérios uniformes para avaliação das condições das Edificações, permitindo que a vistoria e a Elaboração da documentação realizada pela empresa Contratada sejam baseadas em parâmetros técnicos e contendo os elementos formais de medidas de segurança definidos pelo próprio CBPMESP, para a sua posterior Aprovação.

Nesse contexto, considerando a natureza do objeto licitado, verifica-se que não há necessidade, preliminarmente, de elaboração de Projetos Básico e/ou Executivo, pois o Termo de Referência apresenta-se como documento suficiente e adequado, contendo os elementos necessários para assegurar a definição clara

do objeto da contratação, tais como: condicionantes, expectativas de entrega, resultados esperados, prazos, critérios de medição, custos estimados.

Assim, o Termo de Referência permite à Administração Pública viabilizar a adequada especificação do objeto, buscar a seleção da proposta mais vantajosa e zelar pela execução satisfatória do contrato, dispensando-se a Elaboração Preliminar de Projeto Básico e/ou Executivo devido a exigência técnica das medidas de segurança contra incêndio ser baseada exclusivamente na legislação específica do Corpo de Bombeiros conforme explicado anteriormente.

**4.1.4. Vedação de adesão a SRP e não divulgação de IRP** - Tal contratação não será divulgada no Sistema de Intenção de Registro de Preços, pois o objeto foi planejado para atender somente os edifícios da RFB dentro do Estado de São Paulo. Cada item foi cuidadosamente estruturado para que as empresas de engenharia conseguissem atender o maior número possível de prédios dentro de uma região específica, podendo programar melhor suas visitas e, conseqüentemente, reduzir os custos, por isso fica inviável disponibilizar os itens para adesão ou participação de outros órgãos ou Unidades da RFB de fora do Estado de São Paulo.

**4.1.5.** Antes da assinatura do contrato deverão ser designados o gestor e o(s) fiscal(is) de contrato.

## **4.2. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS**

**4.2.1.** Serviços especiais (inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021) são aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos como bens e serviços comuns.

**4.2.2.** A contratação de serviços visando a obtenção/renovação de AVCB ou de CLCB se refere a serviço especial de engenharia, pois embora os procedimentos para obtenção/renovação de AVCB/CLCB não possuam alta complexidade, já que são padronizados, por outro lado o objeto possui alta heterogeneidade no tocante a diversidade de tipos de imóveis a analisar (os imóveis podem ser classificados nas categorias J3, J4, H4, etc, conforme especificações do Corpo de Bombeiro).

**4.2.2.1.** Esses serviços são considerados serviços especiais de engenharia, na forma do disposto na alínea "b" do inciso XXI do artigo 6º, já que são vistos como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme alínea "c" do inciso XVIII do artigo 6º da citada Lei, devendo ser licitados na modalidade concorrência, conforme previsto § único do artigo 29.

**4.2.2.2.** Apesar dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual dessa contratação não serem os previstos nas alíneas "a", "d" e "h" do inciso XVIII do caput do art. 6, os valores da contratação de cada item não serão superiores a R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos), conforme atualização pelo Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024. Dessa forma, os serviços podem ser licitados na modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica, e o julgamento da presente licitação será pelo menor preço de cada item, uma vez que cada item subentende uma contratação.

**4.2.3.** Os serviços não têm natureza de prestação com dedicação exclusiva de mão de obra.

**4.2.4.** Para a execução indireta do objeto, será adotado o **regime de Empreitada por Preço Global**. Assim, a contratação se fundamenta na Obtenção/Renovação de AVCB/CLCB e demais itens necessários à sua aquisição. Dessa forma, se tem boa margem de precisão no quantitativo de serviços a serem executados, pois estes se referem a quantidade de Unidades da Receita Federal pertencentes a Oitava Região Fiscal, baseando-se em sua área por m<sup>2</sup> (AVCB/CLCB e demais itens).

**4.2.5. Critério de Julgamento:** menor preço, uma vez que não é viável adotar o "maior desconto", pois não se dispõe de tabela de referência padronizada de modo a aplicar esse critério de forma confiável no presente processo, devido as suas características particulares, e não se enquadra no previsto no art. 37, § 2º, da Lei 14.133.

**4.2.6.** Os serviços a serem executados serão contratados de forma indireta, por meio de procedimento licitatório, na modalidade **Concorrência Eletrônica**, observando os dispositivos legais, notadamente a Lei n.º 14.133, de 01.04.2021.

**4.2.6.1. Adequação ao Catálogo de Padronização e IPCC:** O objeto ainda não está previsto no catálogo de padronização, conforme consta no PNCP; com relação ao IPPC (Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação de Obras e Serviços de Engenharia), foi adotado o que aplicável,

conforme demonstrado no Termo de Justificativa de Técnicas Relevantes e demais documentos editalícios.

**4.2.6.2. Modo de disputa:** Quanto aos modos de disputa da Concorrência Eletrônica previstos no art. 56 da Lei 14.133/2021, optou-se pelo modo de disputa aberto, garantindo assim a competitividade e a redução da assimetria de informação entre a Administração e os licitantes, pois o preço de referência levantado pela Administração já é conhecido.

**4.2.6.3. Adoção do intervalo mínimo de lances: no valor monetário de R\$ 0,01 (um centavo).** O valor monetário como intervalo mínimo de lances permite adotar um único parâmetro uniforme. O valor monetário de R\$ 0,01 (um centavo) não prejudica a competitividade e apresenta repercussão financeira suficiente para distinguir uma proposta de outra, devido ao fator multiplicativo em relação a área em m<sup>2</sup>, que resultará em diferença significativa no valor final da proposta, resumidamente, teríamos as seguintes vantagens:

**a) Previsibilidade:**

Os licitantes podem planejar melhor suas estratégias, sabendo qual o intervalo mínimo que precisam respeitar para cobrir a melhor oferta ou dar um lance intermediário.

**b) Redução de incertezas:**

A definição clara do intervalo mínimo reduz as incertezas sobre a validade dos lances e o andamento do processo.

**c) Otimização do tempo:**

Com um intervalo definido, a disputa tende a ser mais rápida e eficiente, otimizando o tempo gasto na análise das propostas.

**4.2.6.4. Viabilidade jurídica da terceirização:** A presente contratação não fere o art. 3º do Decreto 9.507 de 2018.

**4.2.6.5. Participação de cooperativas:** Não identificamos justificativas para vedação da participação das cooperativas.

**4.2.6.6. Vedação a consórcios:** Será vedada a participação de consórcios, uma vez que não se trata de objeto de grande complexidade, e a eventual participação de consórcio poderia acarretar prejuízo para pequenas e médias empresas.

**4.2.6.7. Vedação à participação de pessoa física:** Não será aceita a participação de pessoa física/autônomo devido ao nível de dificuldade da contratação que abrange diversas Unidades da RFB da Oitava Região Fiscal, com possibilidade de intervenções e deslocamentos simultâneos envolvendo mais de uma Unidade ao mesmo tempo.

**4.2.7.** A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis atualmente ao objeto do contrato ou outras que as venham complementar ou substituir.

**4.2.8.** A contratação é atividade de custeio conforme o departamento financeiro da Receita Federal (EQOFI/SRF08). A correspondente autorização ao final do certame será providenciada antes da assinatura do contrato.

**4.2.9.** Conforme informado pela COPOL da Receita Federal, segue abaixo a natureza da ação:

- Programa: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo
- Ação Orçamentária: 2237 – Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira
- Plano Orçamentário: 0004 – Conservação e Recuperação das Unidades da RFB
- Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 204351
- Fonte de Recursos: 10320000000

A declaração de adequação orçamentária fornecida pelo ordenador de despesas será providenciada quando for feita a contratação, após a COPOL descentralizar os créditos orçamentários e antes da assinatura do contrato.

**4.2.10.** Deverá ser juntada a Nota de Empenho oportunamente antes da celebração do contrato. Não sendo ação a ser adotada no presente momento por se tratar de Registro de Preços e não existir ainda Contrato.

**4.2.11.** A contratação está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), com o planejamento estratégico da Administração e com as leis orçamentárias.

### 4.3. REQUISITOS A SEREM EXIGIDOS DAS CONTRATADAS

Além do cumprimento das normas legais e regulamentares, é necessário exigir ainda os seguintes requisitos:

#### 4.3.1. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**4.3.1.1.** A necessidade das exigências de qualificação econômico-financeira para a futura CONTRATADA visa garantir o mínimo de qualificação para que ela venha suportar as demandas necessárias ao longo da vigência do contrato.

Assim, na presente contratação, a obtenção/renovação do AVCB/CLCB pode reduzir custos a longo prazo, evitar multas e garantir a segurança, impactando a gestão pública de forma positiva. Garante, ainda, a segurança contra incêndio e pânico nas edificações, cumprindo com as exigências legais. Além do mais pode reduzir custos com seguros, indenizações em caso de sinistros e evitar gastos com reparos emergenciais, reconstrução e interrupções nas atividades. A obtenção/renovação do AVCB, ao evitar riscos e custos futuros, pode ser vista como uma forma de garantir a continuidade da prestação de serviços públicos, ao garantir a preservação do patrimônio público e a segurança dos cidadãos. Percebe-se, assim, que a eventual falta de condições da futura contratada em cumprir seus compromissos implica em impactos significativos para a Administração, como eventuais custos de uma nova contratação, paralisação das atividades, necessidade de reexecução de serviços.

Tais exigências econômico-financeiras, portanto, guardam compatibilidade e proporcionalidade com as peculiaridades do objeto contratual a ser executado, aferidas por meio da análise do objeto, da essencialidade do serviço e dos riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar as obrigações contratuais.

Não encontramos vedação legal para que Microempresas e Empresas de Pequeno Porte enquadradas no objeto da presente licitação possam se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que atendidos os requisitos legais.

#### 4.3.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**4.3.2.1.** Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro Conselho de Profissionais com atribuição para a presente contratação, em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no objeto deste ETP e com indicação de objeto social compatível.

**4.3.2.2.** Apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional e capacidade técnico-profissional, indicados mais abaixo;

**4.3.2.3.** Apresentação de registro ou inscrição do(s) responsável(is) técnico(s) no conselho da categoria profissional correspondente (CREA ou CAU ou outro Conselho de Profissionais com atribuição para a presente contratação), em plena validade.

**4.3.2.4.** A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento, conforme Lei 14.133 art. 67) do valor total estimado da contratação. Assim, havendo indícios da presença significativa de Unidades de categoria J-4, ou seja, de 5 Depósitos, e indícios de 23 unidades na categoria H-4, (com área superior a 2.000 m<sup>2</sup>, tanto H-4 ou J-4), do total de 41 Unidades da RFB na Oitava Região Fiscal, atende-se as diretrizes da norma nas comprovações abaixo solicitadas.

**4.3.2.5.** Para fins da comprovação de que a empresa licitante executou serviço de engenharia de características semelhantes ao objeto da licitação, a empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

**4.3.2.5.1. Atestado de Capacidade Técnica Operacional:** Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados

emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

**4.3.2.5.1.1. Para os ITENS 1/2/3/4: Comprovação de Obtenção de AVCB para edificações na categoria H-4 ou J-4 com área mínima de 2.000 m<sup>2</sup>.**

**4.3.2.5.1.2.** Não será admitido o somatório de atestados menores, já que a complexidade de vários sistemas menores não equivale à complexidade unificada de um sistema maior, devido à maior necessidade de integrar harmoniosamente grande número de componentes em um sistema funcional único.

#### **4.3.2.6. Atestado de Capacidade Técnica Profissional**

**4.3.2.6.1. Para o(s) responsável(is) técnico(s) (engenheiro ou outro profissional legalmente habilitado para atividades de obtenção de AVCB/CLCB) que participarão da execução dos serviços dos ITENS 1/2/3/4:** Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA ou CAU ou por Conselho de Profissionais competente, em nome do(s) responsável(veis) técnico(s) e ou membros da equipe técnica que participarão da execução do serviço, que demonstre Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou documento equivalente legalmente permitido, relativo à execução de serviço(s) semelhante(s) ao objeto deste edital:

**4.3.2.6.1.1. Comprovação de Obtenção de AVCB para edificações na categoria H-4 ou J-4 com área mínima de 2.000 m<sup>2</sup>.**

**4.3.2.6.1.2.** Não será admitido o somatório de atestados menores, já que a complexidade de vários sistemas menores não equivale à complexidade unificada de um sistema maior, devido à maior necessidade de integrar harmoniosamente grande número de componentes em um sistema funcional único.

**4.3.2.6.1.3.** O(s) responsável(is) técnico(s) acima mencionado(s) deverão(rá) comprovar seu vínculo com a empresa licitante por meio de relações de trabalho, contratos de prestação de serviços, relações empresariais e declarações de compromisso futuro, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

**4.3.2.6.1.4.** O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

**4.3.2.7.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**4.3.2.8.** As exigências de qualificação técnica guardam compatibilidade e proporcionalidade com as peculiaridades do objeto contratual a ser executado, aferidas por meio da análise do objeto, da essencialidade do serviço e dos riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade técnica da contratada em suportar as obrigações contratuais.

#### **4.3.3. ALÉM DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO SERÃO EXIGIDOS OS SEGUINTE:**

**4.3.3.1.** Declaração, contida na proposta final do licitante declarado vencedor, de que o mesmo tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço e que concorda com todos os termos do Edital de Licitação e seus anexos;

**4.3.3.2.** A CONTRATADA deverá fornecer os insumos necessários para a execução dos serviços, bem como disponibilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**4.3.3.3.** Para cada Unidade, deverão ser elaborados os relatórios, laudos e demais documentos necessários à obtenção/renovação dos respectivos AVCB OU CLCB, sendo que as adequações, caso necessárias, serão decorrentes dos levantamentos e relatórios a serem apresentados;

**4.3.3.4.** Quanto à sustentabilidade, as CONTRATADAS devem oferecer serviços com qualidade e eficiência, respeitando as normas ambientais e sustentáveis. As documentações que serão elaboradas devem prever que possíveis adequações/alterações na estrutura dos edifícios, e procedimentos de descarte de materiais/equipamentos sigam as devidas normas ambientais vigentes.

**4.3.3.4.1.** Na presente Licitação de serviços de engenharia, devem ser observadas pelo Licitante, no que cabível, normas específicas que incluem: a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras; a mitigação de impactos ambientais, por meio de condicionantes e compensações definidas no procedimento de licenciamento ambiental; a utilização de produtos, equipamentos e serviços que comprovadamente favoreçam a redução do consumo de energia e recursos naturais; a avaliação de impacto de vizinhança, conforme legislação urbanística aplicável; a proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, com avaliação dos impactos diretos ou indiretos causados pelas obras; e a garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o art. 45 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.3.3.5.** A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, se necessário for, para que seja possível a entrega total do objeto. Tal prazo foi contabilizado conforme cálculos explicados mais à frente;

**4.3.3.6.** Não será exigida garantia contratual;

**4.3.3.7.** **Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.**

**4.3.3.8.** No caso de o contratado atrasar as etapas de entrega do objeto, ou entregá-las em desacordo ao exigido pela contratante, haverá aplicação de penalidades, bem como redução do pagamento da fatura seguindo o Índice de Medição do Resultado, caso seja o contratado a dar causa;

**4.3.3.9.** A entrega de documentos poderá ser realizada por via digital (exceto a documentação final que deverá ser apresentada em versão impressa e digital), a não ser em casos que a legislação defina diferentemente.

**4.3.3.10.** Não será permitida subcontratação. Considerando-se as características elencadas neste ETP, infere-se um dimensionamento e características do objeto compatíveis para os licitantes (isolados) possam participar e atender às exigências estabelecidas para a prestação do serviço. Enfim, compreendeu-se que empresas do ramo, isoladamente, poderão deter as condições necessárias para satisfatoriamente executar o objeto, evitando-se assim que a atuação do contratado transforme-se em mera intermediação ou administração de contrato.

#### **4.4. ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA**

**4.4.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando a planilha referencial orçamentária datada de **janeiro do ano de 2026**.

**4.4.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção - Disponibilidade Interna (INCC-DI), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**4.4.2.1. Opção pela utilização do INCC-DI:** No caso de serviços de engenharia, o índice que retrata os elementos que definem o custo das obras e serviços é o INCC, que "apura a evolução dos custos no setor da construção" e tem como abrangência setorial os custos relativos a "materiais e equipamentos, serviços e mão de obra" (FGV IBRE, 2018). Tem-se, portanto, que o INCC é o índice adequado para recomposição do valor referente a contratos de prestação de serviços de engenharia, conforme já indicado pelo TCU, visto se tratar de índice específico que melhor retrata a inflação no período.

#### **4.5. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**4.5.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões a seguir expostas:

**4.5.1.1.** Trata-se da contratação de serviço na qual a previsão de aceitação do objeto e pagamento estão condicionados ao atendimento de requisitos objetivos previamente estabelecidos nos instrumentos editalícios e contratual. Acrescente-se que, a exigência prévia de garantia poderia impactar em custos contratuais adicionais aos licitantes mesmo antes do serviço prestado, podendo afastar os mesmos.

#### **4.6. Da Não utilização da Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM)**

**4.6.1.** A demanda para o levantamento arquitetônico em questão não exige alto nível de detalhamento, e a metodologia tradicional, com foco em plantas e levantamentos 2D, é suficiente e eficiente. Considerando o número de imóveis e sua simplicidade arquitetônica, o uso do BIM representaria um esforço desproporcional ao retorno obtido. Além disso, a organização ainda está em fase de implementação do BIM, com as bases de trabalho em desenvolvimento, o que torna o método tradicional mais adequado, proporcionando maior eficiência e custo-benefício neste momento.

**4.7. Matriz de Risco Contratual:** Matriz de riscos é cláusula contratual obrigatória apenas em obras e serviços de grande vulto ou em contratações integradas ou semi-integradas, conforme previsto no § 3º do artigo 22 da Lei nº 14.133/2021, desnecessária para o caso. A presente contratação não é de grande vulto conforme art. 6, XXII da Lei 14.133, nem integrada ou semi-integrada.

### **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**5.1.** Os serviços em questão basicamente visam atendimento de requisitos padronizados previstos em normativos, e apresentação de documentação para aprovação junto ao Corpo de Bombeiros.

**5.2.** Adicionalmente, foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar as alternativas possíveis, tanto técnica e econômica para a escolha do tipo de solução a contratar. O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado.

**5.3.** Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresas cujo ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido;

#### **5.4. Pesquisa de Preços**

**5.4.1.** Buscou-se adotar na pesquisa de preços a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, coletando dados de contratações similares, mas sem conseguirmos obter uma correspondência direta com a contratação atual, devido às suas particularidades; julgou-se conveniente também a solicitação de orçamentos para empresas especializadas, baseando-se na Instrução Normativa SEGES/ME Nº 91, de 16 de dezembro de 2022 que estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, que autoriza a aplicação do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 em relação a pesquisa de mercado. Assim, buscou-se ampliar a base da pesquisa de preços, utilizando-se dados extraídos de contratações similares da Administração e junto a fornecedores.

**5.5.** Para a instrução do Processo foi designado o seguinte CATSERV:

**5.5.1.** ITENS 1/2/3/4: 25470 - Serviço de Vistoria / Validação / Certificação

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 6.1.** A Prestação do serviço tem natureza **não continuada**, uma vez que impõe ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.
- 6.2. Objeto:** Contratação de empresas para a prestação de serviços de engenharia visando a obtenção/renovação de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou de Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (CLCB).
- 6.3.** A CONTRATADA fica ciente de que o pagamento relativo **a cada etapa de determinada unidade da ordem de serviço** somente será autorizado após a devida comprovação da efetiva execução dos serviços. O montante a ser desembolsado refletirá, exclusivamente, a parcela executada e formalmente atestada, em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo e no respectivo instrumento contratual. Cabe ressaltar que o pagamento das etapas previstas - fases A, B, C e D de cada Item (1,2,3 e 4) - ocorrerá apenas se tais etapas forem efetivamente necessárias e devidamente executadas. Na hipótese de serem constatadas irregularidades na execução dos serviços, poderá ser aplicada glosa sobre o valor correspondente. Por sua vez, quando determinada etapa não se mostrar necessária ao objeto contratual, não haverá glosa, mas tão somente a ausência de pagamento por sua não execução. Portanto, o contrato será firmado com preço máximo final estimado, porém sujeito a variações de acordo com o efetivo cumprimento das etapas constantes no cronograma físico-financeiro.
- 6.3.1.** Cada ordem de serviço poderá conter a demanda para uma ou mais Unidades dentro da mesma Sub-região, a depender dos critérios de conveniência e oportunidade e da grandeza de cada Unidade, sendo que os edifícios serão atendidos em ordem de prioridade a ser definida pela CONTRATANTE.
- 6.4.** A CONTRATADA deverá, imediatamente, após qualquer ação protocolar vinculada ao Corpo de Bombeiros, independentemente de ter sido realizado por ela ou pelo Corpo de Bombeiros, encaminhar à CONTRATANTE cópia dos documentos protocolados/avisos/comunique-se/etc., em formato digital, informando os respectivos números de protocolos. Além disso, ao término da contratação, deverão ser transferidos à CONTRATANTE os direitos autorais relativos a todos os documentos elaborados.
- 6.5. De acordo com as características de cada imóvel, conforme relação contida neste ETP, as CONTRATADAS deverão executar, A PRINCÍPIO, os seguintes serviços:**

ITEM		DESCRIÇÃO	Porcentagem do Valor do m <sup>2</sup> Para Cada Serviço Prestado ITEM 1	Unidade
ITEM 1	a)	Levantamento da Regularidade da Edificação	15%	m <sup>2</sup>
	b)	Levantamento arquitetônico com atualização/elaboração do layout das edificações	15%	
	c)	Elaboração e Aprovação de documentação completa de segurança contra incêndio contendo os elementos formais de medidas de segurança exigidos pelo CBPMESP, <b>não enquadradas na IT 42/2025 do CB</b>	40%	

	d)	Obtenção/Renovação AVCB ou CLCB	30%	
--	----	---------------------------------	-----	--

**Doravante o acima descrito para o item 01 vale respectivamente para os itens 02 a 04.**

**6.5.1. (ITEM 1 da Tabela acima) – Detalhamento:**

**(ITEM 1.A da Tabela acima) - LEVANTAMENTO DA REGULARIDADE DA EDIFICAÇÃO - levantamento in loco da unidade e perante o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo da regularidade da edificação**

- 6.5.1.1.** A RFB providenciará requisições para a execução dos serviços de acordo com sua conveniência e oportunidade;
- 6.5.1.2.** A CONTRATADA deverá agendar visita técnica às Unidades para levantamento das necessidades do imóvel;
- 6.5.1.3.** A CONTRADA deverá realizar o levantamento da situação atual in loco da unidade e perante o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo acerca da situação cadastral dos imóveis, seguido da análise da documentação disponível da Unidade.
- 6.5.1.4.** Cabe à CONTRATADA conferir as plantas existentes (as-built) do edifício e verificar se há a necessidade da Elaboração/Atualização de tais plantas, antes da realização das demais atividades para a Obtenção/Renovação do AVCB/CLCB. Se não for necessária a elaboração/atualização das plantas, a CONTRATADA deverá emitir relatório, assinado pelo responsável técnico, declarando que tais documentos serão desnecessários, sendo que nesse caso não haverá contratação da atividade de Levantamento Arquitetônico com Atualização/Elaboração do layout das Edificações. Caso contrário, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE da necessidade de elaboração/atualização das plantas (As-built).
- 6.5.1.5.** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela emissão das suas respectivas ART(s), RRT(s) ou documento equivalente legalmente permitido, incluindo o recolhimento de sua taxa;
- 6.5.1.6.** A CONTRATADA deverá apresentar à Receita Federal do Brasil relatório circunstanciado das etapas a serem cumpridas e com a especificação dos serviços e materiais necessários e suas respectivas quantidades, juntamente com a relação de todas as intervenções adaptativas e/ou complementares necessárias para a obtenção/renovação futura do AVCB/CLCB. A CONTRATADA deverá apresentar nesse relatório o detalhamento contendo informações técnicas suficientes para que o Contratante possa executar serviços ou adquirir materiais para atender a eventuais adequações exigidas, conforme a legislação vigente do Corpo de Bombeiros (DECRETO ESTADUAL Nº 69.118/2024 e Instruções Técnicas), com pelo menos:
  - 6.5.1.6.1.** Procedimentos Administrativos;
  - 6.5.1.6.2.** Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio;
  - 6.5.1.6.3.** Saídas de emergência em edifícios;
  - 6.5.1.6.4.** Sistema de iluminação de emergência;
  - 6.5.1.6.5.** Sistemas de proteção por extintores de incêndio, sprinklers;
  - 6.5.1.6.6.** Necessidade de compartimentação;
  - 6.5.1.6.7.** Necessidade de bombas e reservatórios;
  - 6.5.1.6.8.** Sistemas de detecção e alarme de incêndio;
  - 6.5.1.6.9.** Sistema de Proteção Contra Descargas Elétricas;
  - 6.5.1.6.10.** Instalações elétricas;
  - 6.5.1.6.11.** Sinalização de segurança contra incêndio e pânico e
  - 6.5.1.6.12.** De acordo com a legislação, a CONTRATADA deverá indicar o quantitativo de pessoas que deverão participar do Treinamento de Brigada de Incêndio e qual categoria do Treinamento (Nível Básico, Intermediário ou Avançado);
  - 6.5.1.6.13.** Deverá ser entregue relatório no qual estarão identificadas as prováveis situações dos imóveis, dentre outras:

**6.5.1.6.13.1.** Se há Documentação Técnica Aprovada e se há necessidade de atualizá-la e indicar os procedimentos necessários para efetivar a atualização/aprovação.

**6.5.1.6.13.2.** Se há AVCB/CLCB válido ou não: indicar a data de validade do AVCB/CLCB e/ou definir o processo de obtenção/renovação, indicando o prazo para iniciá-lo e os demais procedimentos necessários.

**6.5.1.6.13.3.** Especificar outras informações relevantes para a adequada regularização do imóvel.

**6.5.1.6.14.** Elaboração de Relatório Fotográfico.

**6.5.1.7. Prazo para a execução: até 30 (trinta) dias contados da emissão da ordem de serviço.**

**6.5.1.7.1.** A RFB poderá solicitar esclarecimentos/correções à Contratada e, eventualmente, solicitar alterações. Neste caso, a Contratada deverá fazê-lo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da notificação da RFB.

**6.5.1.7.2.** Para recebimento provisório até 15 (quinze) dias pela Comissão de Recebimento.

**6.5.1.7.3.** Para recebimento definitivo, até 5 (cinco) dias após o recebimento provisório, desde que não haja pendências de correções.

**6.5.1.7.4.** Os prazos poderão ser prorrogados, a critério da administração pública ou quando requerida pela CONTRATADA, mediante apresentação de justificativa.

**6.5.2. (ITEM 1.B da Tabela acima) LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO COM ATUALIZAÇÃO/ELABORAÇÃO DO LAYOUT DAS EDIFICAÇÕES.**

**6.5.2.1.** A presente atividade só será contratada se o Levantamento da Regularidade da Edificação apontou sua necessidade.

**6.5.2.2.** A RFB providenciará requisições para a execução dos serviços de acordo com sua conveniência e oportunidade.

**6.5.2.3.** Os serviços de “as built” devem contemplar todos os elementos necessários à completa documentação técnica da edificação.

**6.5.2.4.** A CONTRATADA deverá elaborar jogo completo de desenhos dos prédios existentes, contendo, no mínimo:

**6.5.2.4.1.** Implantação com níveis de referência;

**6.5.2.4.2.** Plantas baixas de todos os pavimentos;

**6.5.2.4.3.** Planta de layout de todos os pavimentos;

**6.5.2.4.4.** Plantas de cobertura;

**6.5.2.4.5.** Corte transversal e longitudinal;

**6.5.2.4.6.** Fachadas.

**6.5.2.5. Elaboração de documentos complementares, tais como:**

**6.5.2.5.1.** Memorial descritivo da construção;

**6.5.2.6.** Emissão de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, RRT – Registro de Responsabilidade Técnica ou documento equivalente legalmente permitido dos serviços executados.

**6.5.2.7.** A CONTRATADA deverá fornecer a CONTRATANTE todos os documentos em meio digital (**exceto a documentação final que deverá ser apresentada em versão impressa e digital**): nas extensões: DOC; PDF; DWG, PLT com informações adequadas sobre impressão em grandes formatos (plotagem). Todos os documentos devem ser assinados digitalmente.

**6.5.2.8. Prazo para a execução: até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da Emissão da Ordem de Serviço.**

**6.5.2.8.1.** A RFB poderá solicitar esclarecimentos/correções à Contratada e, eventualmente, solicitar alterações. Neste caso, a Contratada deverá fazê-lo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da notificação da RFB.

**6.5.2.8.2.** Para recebimento provisório, até 15(quinze) dias pela Comissão de Recebimento.

**6.5.2.8.3.** Para recebimento definitivo, até 5 (cinco) dias após o recebimento provisório, desde que não haja pendências de correções.

**6.5.2.8.4.** Os prazos poderão ser prorrogados, a critério da administração pública ou quando requerida pela CONTRATADA, mediante apresentação de justificativa.

**6.5.3. (ITEM 1.C da Tabela acima) – ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA COMPLETA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO CONTENDO OS ELEMENTOS FORMAIS DE MEDIDAS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELO CBPMESP, NÃO ENQUADRADAS NA IT 42/2025 DO CB**

**6.5.3.1.** A presente atividade só será contratada se o Levantamento da Regularidade da Edificação apontou sua necessidade.

**6.5.3.2.** A RFB providenciará requisições para o início da execução dos serviços, de acordo com sua conveniência e oportunidade, nos seguintes termos:

**6.5.3.2.1.** A Contratada deverá:

**6.5.3.2.1.1.** apresentar à RFB, antes da elaboração e apresentação da Documentação Técnica junto ao Corpo de Bombeiros, sobre o tipo de solução padronizada adotada devendo demonstrar a vantajosidade da mesma.

**6.5.3.2.1.2.** elaborar todos os documentos necessários (inclusive laudos, PT, etc.) para o pedido de aprovação das medidas de segurança contra Incêndio, de acordo com a legislação vigente, do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo;

**6.5.3.2.1.3.** responsabilizar-se pela emissão de todas as suas respectivas ART(s), RRT(s) ou documento equivalente legalmente permitido, incluindo o recolhimento de suas taxas;

**6.5.3.2.1.4.** responsabilizar-se por colher as assinaturas dos responsáveis da RFB nos documentos, quando necessário;

**6.5.3.2.1.5.** elaborar a Documentação Técnica e demais documentos relacionados e necessários à obtenção/renovação do AVCB/CLCB.

**6.5.3.3.** A CONTRATADA será responsável pela abertura do processo administrativo no Corpo de Bombeiros (CB) até a aprovação da Documentação Técnica, responsabilizando-se pelas correções/complementações necessárias, caso o Corpo de Bombeiros registre alguma divergência na documentação apresentada ("COMUNIQUE-SE" ou outro informativo pertinente). A CONTRATADA será responsável por solicitar vistorias até a aprovação final da Documentação junto ao Corpo de Bombeiros.

**6.5.3.3.1.** Essas vistorias deverão ser previamente informadas à RFB.

**6.5.3.4. Prazo para a execução: até 90 (noventa) dias contados da emissão da Ordem de Serviço.**

**6.5.3.4.1.** A RFB poderá solicitar esclarecimentos/correções à Contratada e, eventualmente, solicitar alterações. Neste caso, a Contratada deverá fazê-lo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da notificação da RFB.

**6.5.3.4.2.** Para recebimento provisório, até 15(quinze) dias pela Comissão de Recebimento.

**6.5.3.4.3.** Para recebimento definitivo, até 5 (cinco) dias após o recebimento provisório, desde que não haja pendências de correções.

**6.5.3.4.4.** Os prazos poderão ser prorrogados, a critério da administração pública ou quando requerida pela CONTRATADA, mediante apresentação de justificativa.

**6.5.4. (ITEM 1.D da Tabela acima) OBTENÇÃO/RENOVAÇÃO AVCB OU CLCB - Serviços para obtenção/renovação AVCB/CLCB, a partir das informações obtidas no levantamento dos ITENS 1/2/3/4 para as edificações enquadradas na IT 42/2025 do CB ou para Edificações não enquadradas na IT 42/2025 do CB com documentação técnica já aprovada no Corpo de Bombeiros (sem necessidade de Adequações), nos seguintes termos:**

**6.5.4.1.** A presente atividade só será contratada se o Levantamento da Regularidade da Edificação apontou sua necessidade.

**6.5.4.2.** A RFB providenciará requisições para a execução dos serviços de acordo com sua conveniência e oportunidade;

**6.5.4.3.** A CONTRADA deverá:

**6.5.4.3.1.** elaborar todos os documentos necessários (inclusive laudos, PTS, etc.) ao pedido de aprovação das medidas de segurança contra Incêndio, de acordo com a Legislação Vigente, do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo;

**6.5.4.3.2.** responsabilizar-se pela emissão dos laudos/relatórios e demais documentos necessários para a obtenção/renovação do AVCB/CLCB.

**6.5.4.3.3.** iniciar e finalizar o Processo on-line junto ao Corpo de Bombeiros para obtenção/renovação do AVCB/CLCB.

**6.5.4.3.4.** responsabilizar-se pela emissão das suas respectivas ART(s), RRT(s) ou documento equivalente legalmente permitido incluindo o recolhimento de sua taxa;

**6.5.4.3.5.** responsabilizar-se por colher as assinaturas dos responsáveis da RFB nos documentos, quando necessário.

**6.5.4.4.** Caso não existam intervenções adaptativas e/ou obras civis a serem realizadas no imóvel, a CONTRATADA deverá, ainda, dar seguimento no processo perante o Corpo de Bombeiros, até a obtenção/renovação final do AVCB/CLCB.

**6.5.4.5.** Caso o Corpo de Bombeiros registre alguma divergência na documentação apresentada ("COMUNIQUE-SE" ou outro informativo pertinente), caberá à CONTRATADA efetuar as correções necessárias, e solicitar nova(s) vistoria(s) até a obtenção/renovação final do AVCB/CLCB.

**6.5.4.6. Prazo para a execução: até 45 (quarenta e cinco) dias contados da emissão da ordem de serviço.**

**6.5.4.6.1.** A RFB poderá solicitar esclarecimentos/correções à Contratada e, eventualmente, solicitar alterações. Neste caso, a Contratada deverá fazê-lo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da notificação da RFB.

**6.5.4.6.2.** Para recebimento provisório até 15(quinze) dias pela Comissão de Recebimento.

**6.5.4.6.3.** Para recebimento definitivo, até 5 (cinco) dias após o recebimento provisório, desde que não haja pendências de correções.

**6.5.4.6.4.** Os prazos poderão ser prorrogados, a critério da administração pública ou quando requerida pela CONTRATADA, mediante apresentação de justificativa.

**6.5.5. Após a entrega dos produtos de cada etapa correrá o prazo contratual de recebimento provisório e definitivo.**

**6.5.6. Cronograma de realização dos serviços:**

**OBSERVAÇÃO:** Doravante o abaixo descrito para o **item 1** vale respectivamente para os **itens 02 a 04**.

ITEM		DESCRIÇÃO	Prazo para Execução	Prazo Recebimento Provisório	Prazo Recebimento Definitivo
ITEM 1	a)	Levantamento da Regularidade da Edificação	até 30 (trinta) dias	até 15 (quinze) dias	até 5 (cinco) dias
	b)	Levantamento arquitetônico com atualização/elaboração do layout das edificações.	até 45 (quarenta e cinco) dias	até 15 (quinze) dias	até 5 (cinco) dias
	c)	Elaboração e Aprovação de documentação completa de segurança contra incêndio contendo os elementos formais de medidas de segurança exigidos pelo CBPMESP, <b>não enquadradas na IT 42/2025 do CB</b>	até 90 (noventa) dias	até 15 (quinze) dias	até 5 (cinco) dias

	d)	Obtenção/Renovação AVCB ou CLCB	até 45 (quarenta e cinco) dias	até 15 (quinze) dias	até 5 (cinco) dias
--	----	---------------------------------	--------------------------------	----------------------	--------------------

**6.5.7. O prazo de vigência contratual inicial é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, se necessário, até a conclusão do objeto.**

**6.6.** Local e horário da prestação dos serviços: Os endereços dos edifícios estão listados neste **ETP**, no entanto, tais **endereços são referenciais atuais**, sujeitos a adequações durante a validade da Ata de Registro de Preços.

**6.6.1.** Eventuais reuniões e visitas serão realizadas em horário comercial, apenas em dias úteis. Em caso de necessidade de atividade esporádica dentro da Unidade, a atividade deverá ser marcada dentro do horário comercial da Unidade.

**6.7. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

**6.7.1.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**6.8. Economicidade:** em uma licitação, o cumprimento do AVCB pode reduzir custos a longo prazo, evitar multas e garantir a segurança, impactando a gestão pública de forma positiva. Garante, ainda, a segurança contra incêndio e pânico nas edificações, cumprindo com as exigências legais. Além do mais pode reduzir custos com seguros, indenizações em caso de sinistros e evitar gastos com reparos emergenciais, reconstrução e interrupções nas atividades. A obtenção/renovação do AVCB, ao evitar riscos e custos futuros, pode ser vista como uma forma de garantir a economicidade, ao garantir a preservação do patrimônio público e a segurança dos cidadãos.

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

**7.1.** As Unidades foram distribuídas em sub-regiões conforme tabelas abaixo as quais demonstram a quantidade de área total de cada sub-região.

SUB-REGIÃO 01 – GRANDE SÃO PAULO					
ITEM		DESCRIÇÃO	Porcentagem do Valor do m <sup>2</sup> Para Cada Serviço Prestado ITEM 1	Unidade	Quantidade Máxima (m2)
ITEM 1	a)	Levantamento da Regularidade da Edificação	15%	m <sup>2</sup>	84.360,00
	b)	Levantamento arquitetônico com atualização/elaboração do layout das edificações.	15%		
	c)	Elaboração e Aprovação de documentação completa de segurança contra incêndio contendo os elementos formais de	40%		

		medidas de segurança exigidos pelo CBPMESP, <b>não enquadradas na IT 42/2025 do CB</b>			
	d)	Obtenção/Renovação AVCB ou CLCB	30%		

SUB-REGIÃO 02 – GRANDE CAMPINAS					
ITEM		DESCRIÇÃO	Porcentagem do Valor do m <sup>2</sup> Para Cada Serviço Prestado ITEM 2	Unidade	Quantidade Máxima (m2)
ITEM 2	a)	Levantamento da Regularidade da Edificação	15%	m <sup>2</sup>	54.218,00
	b)	Levantamento arquitetônico com atualização/elaboração do layout das edificações.	15%		
	c)	Elaboração e Aprovação de documentação completa de segurança contra incêndio contendo os elementos formais de medidas de segurança exigidos pelo CBPMESP, <b>não enquadradas na IT 42/2025 do CB</b>	40%		
	d)	Obtenção/Renovação AVCB ou CLCB	30%		

SUB-REGIÃO 03 – NORTE/NOROESTE DE SÃO PAULO					
ITEM		DESCRIÇÃO	Porcentagem do Valor do m <sup>2</sup> Para Cada Serviço Prestado ITEM 3	Unidade	Quantidade Máxima (m2)
ITEM 3	a)	Levantamento da Regularidade da Edificação	15%	m <sup>2</sup>	81.340,00
	b)	Levantamento arquitetônico com atualização/elaboração do layout das edificações.	15%		
	c)	Elaboração e Aprovação de documentação completa de segurança contra incêndio contendo	40%		

		os elementos formais de medidas de segurança exigidos pelo CBPMESP, <b>não enquadradas na IT 42/2025 do CB</b>			
	d)	Obtenção/Renovação AVCB ou CLCB	30%		

SUB-REGIÃO 04 – REGIÃO LITORÂNEA					
ITEM		DESCRIÇÃO	Porcentagem do Valor do m <sup>2</sup> Para Cada Serviço Prestado ITEM 4	Unidade	Quantidade Máxima (m2)
ITEM 4	a)	Levantamento da Regularidade da Edificação	15%	m <sup>2</sup>	30.207
	b)	Levantamento arquitetônico com atualização/elaboração do layout das edificações.	15%		
	c)	Elaboração e Aprovação de documentação completa de segurança contra incêndio contendo os elementos formais de medidas de segurança exigidos pelo CBPMESP, <b>não enquadradas na IT 42/2025 do CB</b>	40%		
	d)	Obtenção/Renovação AVCB ou CLCB	30%		

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.1.** O valor estimado é de **R\$ 1.096.212,56 (um milhão, noventa e seis mil, duzentos e doze reais e cinquenta e seis centavos).**
- 8.2. Valor estimado sem caráter sigiloso:** Sugere-se que para esta Concorrência Eletrônica o valor estimado não tenha caráter sigiloso, sendo expressamente previsto no Edital. O objetivo é permitir ao licitante conhecer qual o valor global máximo pelo qual a Administração poderá contratar.
- 8.3. Remuneração por área (m<sup>2</sup>):** estudando os possíveis modelos, concluiu-se que a unidade de medida em metros quadrados é a mais adequada para o caso concreto, pois a área também é a referência utilizada pelo Corpo de Bombeiros para definir a qualificação da documentação a ser apresentada para a Obtenção/Renovação de AVCB ou CLCB, assim melhor refletindo as características das diversas Unidades da Receita Federal do Brasil no Estado de São Paulo.

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 9.1.** Em consulta a empresas do ramo, nos foi informado que é atípico dividir as seguintes atividades em diferentes itens:

- a) levantamento de necessidades para regularização para AVCB/CLCB.
- b) levantamento arquitetônico com atualização/elaboração do layout das edificações.
- c) elaboração e aprovação de documentação completa de segurança contra incêndio contendo os elementos formais de medidas de segurança exigidos pelo CBPMESP.
- d) obtenção/renovação AVCB ou CLCB.

**9.2.** Dessa forma, quanto ao aspecto técnico, alguns serviços estão inter-relacionados com outros de forma que, para que um seja executado, depende que o outro esteja pronto. Sendo assim, a desvinculação traria enormes dificuldades de interação entre as diversas empresas contratadas.

**9.3.** Bem como, a centralização da responsabilidade em uma única empresa das atividades essenciais para a efetiva obtenção do AVCB/CLCB (ITENS 1/2/3/4), seria mais adequada. Não apenas em vista do acompanhamento de problemas e soluções, mas também em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuições de responsabilidades, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto lícito.

**9.4.** Sob o ponto de vista econômico, a contratação dessa maneira permite à Administração uma maior economia com o ganho em escala, haja vista que os licitantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos. Portanto, em função do ganho em escala, a contratação de uma única empresa para as atividades essenciais para a obtenção/renovação do AVCB/CLCB (ITENS 1/2/3/4) trará vantagens econômicas à Administração em virtude da redução de seus custos.

**9.5.** Visando ainda um melhor atendimento do mercado, segmentaram-se as Unidades da Receita Federal em sub-regiões de acordo com a sua Localização Geográfica.

**9.6.** Portanto, o parcelamento do objeto foi efetuado em itens e em Sub-regiões e tem por objetivo viabilizar econômica e tecnicamente a participação de empresas conforme os respectivos raios de sua atuação, com a finalidade atrair um maior número de participantes. Bem como garantir a execução do contrato com melhor qualidade e de maneira mais ágil para a obtenção/renovação de AVCB/CLCB.

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**10.1.** Não há.

## **11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

**11.1.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

**I) ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000049/2025**

**II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2024**

**III) Id do item no PCA: 161**

**IV) Classe/Grupo: 831 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DE GERÊNCIA/GESTÃO**

**V) Identificador da Futura Contratação: 170133-68/2025**

## **12. RESULTADOS PRETENDIDOS**

**12.1.** Obtenção/Renovação de AVCB/CLCB para garantir que as normas e padrões definidos em legislação sejam obedecidos quanto a adequação do sistema de combate a incêndios das Unidades sob responsabilidade da Oitava Região Fiscal da Receita Federal do Brasil;

**12.2.** Garantir a segurança nos edifícios da Receita Federal no Estado de São Paulo;

**12.3.** Agilidade no processo de aprovação no CBPMESP.

### **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

- 13.1.** Para a pretensa contratação não haverá, inicialmente, necessidade de adequação do ambiente onde os serviços serão realizados. As adequações serão decorrentes dos relatórios/documentação que serão elaborados.
- 13.2.** A CONTRATANTE designará servidores para atuarem na gestão e FISCALIZAÇÃO contratual, além de outros atores ou substitutos que julgar necessário à perfeita execução do objeto.

### **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

- 14.1.** Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 14.1.1.** As CONTRATADAS devem oferecer serviços com qualidade e eficiência, respeitando as normas ambientais e sustentáveis. As documentações que serão elaboradas devem prever que possíveis adequações/alterações na estrutura dos edifícios, e procedimentos de descarte de materiais/equipamentos sigam as devidas normas ambientais vigentes.
- 14.1.2.** Na presente Licitação de serviços de engenharia, devem ser observadas pelo Licitante, no que cabível, normas específicas que incluem: a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras; a mitigação de impactos ambientais, por meio de condicionantes e compensações definidas no procedimento de licenciamento ambiental; a utilização de produtos, equipamentos e serviços que comprovadamente favoreçam a redução do consumo de energia e recursos naturais; a avaliação de impacto de vizinhança, conforme legislação urbanística aplicável; a proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, com avaliação dos impactos diretos ou indiretos causados pelas obras; e a garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o art. 45 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, e entende que a mesma atenderá os objetivos delineados no item 12 deste ETP.

#### **15.1. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE**

- 15.1.1.** Com base nas justificativas, premissas e objetivos descritos neste Estudo Técnico Preliminar; após pesquisa de mercado; reuniões junto à DIPOL/RF08 e presentes os elementos norteadores e suficientes para a realização de procedimento licitatório do Sistema de Registro de Preços, considerando ainda que a presente contratação atende o disposto na Lei 14.133/2021 e na IN SEGES/ME nº 91, de 2022, declaramos pela viabilidade do objeto deste ETP.

### **16. RESPONSÁVEIS**

Gerlon Honorato Régis  
Equipe de Planejamento

Wlamir Marcus Santos Chaves  
Equipe de Planejamento

Vinícius Martins C Maia  
Equipe de Planejamento

Carlos Eduardo Barbieri  
Equipe de Planejamento

**(datado e assinado digitalmente)**